

ANÁLISE DE PLANTAS BAIXAS DE CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES SOB A PERSPECTIVA DA NBR 15575

Bárbara Wosniak¹, Juliana Aparecida Biasi²

1. Discente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Unoesc, Videira, SC.
2. Docente do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Unoesc, Videira, SC

Autor correspondente: Bárbara Wosniak, barbara.bw2017@gmail.com

Área: Ciências Exatas e Tecnológicas

Introdução: Em 2009, o Governo Federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para combater o déficit habitacional e impulsionar a economia. Em 2020, o programa foi renomeado para Casa Verde e Amarela, mas retomou seu nome original em 2023 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2023; DOM BOSCO, 2021). Desde o lançamento, milhões de unidades habitacionais de interesse social (HIS) foram contratadas, configurando um dos maiores investimentos em habitação social no Brasil (INSTITUTO ESCOLHAS, 2019). A Portaria 269 (2017), do Ministério das Cidades, estabeleceu um padrão mínimo para as habitações do PMCMV, com área mínima de 36 m² (serviços externos) ou 38 m² (serviços internos), além de conformidade com a norma ABNT NBR 15575-1, que define critérios de desempenho para edificações. Estudos indicam que a produção em massa dessas unidades habitacionais frequentemente negligencia aspectos de habitabilidade, funcionalidade e privacidade (AMORIM et al., 2015).

Objetivo: O objetivo deste trabalho foi analisar as plantas baixas de conjuntos habitacionais populares à luz da NBR 15.575/2023, identificando inadequações que afetam habitabilidade e funcionalidade. **Método:** A pesquisa é exploratória e descritiva qualitativa (GIL, 2002; CRESWELL, 2007). Foram selecionados três empreendimentos em cidades diferentes: Residenciais Parque da Lagoa e Parque Paraíso em Blumenau, EHS Jardim Navegantes em Porto Alegre e Residencial Pitangueiras em São Luiz. A análise comparou as plantas baixas fornecidas com normativas brasileiras, especialmente a NBR 15.575/2023, que define parâmetros de qualidade e segurança para habitações. Foram avaliados a distribuição dos ambientes, setorização, dimensões dos espaços e móveis, circulações mínimas e adequação às necessidades dos moradores. Além disso, considerou-se as especificações do PMCMV para habitações de interesse social. **Resultados:** A análise revelou deficiências nos três empreendimentos. Foi observada a redução das circulações mínimas recomendadas, comprometendo funcionalidade e segurança. Também foram identificadas inadequações na distribuição dos móveis e falta de espaço para equipamentos como micro-ondas e armazenamento. No entanto, os empreendimentos mostraram preocupação com a setorização dos ambientes e integração dos setores de serviço, otimizando os espaços disponíveis. **Conclusão:** A análise evidenciou a importância de considerar normativas técnicas e as necessidades dos moradores no planejamento de projetos habitacionais. Apesar de atenderem a uma demanda significativa, ajustes são necessários para garantir conforto, segurança e funcionalidade. A conformidade com normas técnicas como a NBR 15.575/2023 é essencial para oferecer ambientes seguros e funcionais. Recomenda-se a revisão dos projetos para atender plenamente às necessidades da população e garantir a qualidade das habitações de interesse social.

Palavras-chave: Habitabilidade; Funcionalidade; Segurança; Normativa.

Agradecimentos: Agradecemos ao CNPQ pelo apoio financeiro concedido por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), proporcionando recursos e oportunidades de crescimento acadêmico ao bolsista.